



# II SPPEL

Seminário de Políticas Públicas  
de Esporte e Lazer

23 e 24 de Novembro | Maringá - PR

Gestão Pública Municipal de Esporte e Lazer

## ANÁLISE DO PROCESSO DE FORMULAÇÃO DA AGENDA POLÍTICA DO ESPORTE NO ESTADO DA BAHIA

Murillo Lago Menezes (UESB); Temistocles Damasceno Silva (UEM); Pedro Henrique Iglesias Menegaldo (UEM)  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, Bahia, Brasil  
Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil  
murillolago\_@hotmail.com

**Palavras-chave:** Políticas públicas; Esporte; Agenda; Bahia.

### Introdução

A Superintendência Estadual de Desportos da Bahia (SUDESB) foi criada no ano de 1983 com o objetivo de desenvolver o esporte, a recreação e o lazer no referido Estado. A instituição tem como finalidade: orientar a prática do desporto; planejar a busca de talentos; coordenar e supervisionar as entidades esportivas do Estado da Bahia; promover a administração e manutenção dos espaços e equipamentos e de lazer do Estado; apoiar o financiamento do esporte amador; promover a realização de competições esportivas e executar obras de interesse social (BAHIA, 1983). Apesar da existência da SUDESB no período correlato a mais de 30 anos, o quadro científico revela um número embrionário de pesquisas relacionadas à política pública de esporte na Bahia, em especial, a ausência de análises sobre a formulação da agenda. Desse modo, despertou-se o interesse em compreender quando o esporte passou a fazer parte da agenda política estadual? Como se configuraram as propostas esportivas estaduais desde a identificação dos primeiros fluxos de problema? Quais as soluções apresentadas pelo Estado para minimizá-los?

### Objetivos

A presente pesquisa analisou o processo de formulação da agenda política destinada ao esporte no estado da Bahia, tomando-se enquanto referência empírica, a atuação da SUDESB.

### Metodologia

Trata-se de uma pesquisa exploratória que utilizará a teoria dos múltiplos fluxos desenvolvida por John Kingdon no intuito de explicar o processo das políticas públicas no referido estado. Para tal, serão analisados os documentos oficiais correlatos a política esportiva estadual, tais como: leis, decretos e relatórios de gestão. Vale ressaltar que o



# II SPPEL

Seminário de Políticas Públicas  
de Esporte e Lazer

23 e 24 de Novembro | Maringá - PR

## Gestão Pública Municipal de Esporte e Lazer

referido modelo de análise preconiza a formulação da agenda a partir da confluência de três fluxos distintos, a saber: fluxos de problemas; fluxos de soluções e fluxos das políticas.

### Resultados

Os primeiros resultados apontam que o esporte passou a fazer parte da agenda política estadual a partir da década de 1980 e ganhou ênfase a partir da Lei nº 37, de 14 de março de 1983, homologada durante o governo de Antônio Carlos Magalhães, a qual estabeleceu a criação da Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia – SUDESB. Segundo Barreto (2016), até o ano de 1983, as políticas públicas de esporte no Estado eram delineadas pela Vila Olímpica da Bahia (VOB), autarquia criada em 1970, durante o governo de Luiz Viana Filho e vinculada à Secretaria de Educação e Cultura, que contava com o departamento de educação física para reforçar tais ações.

Desse modo, acredita-se que os principais fatores que contribuíram para a criação da SUDESB foram: as controvérsias entre as associações de diversas modalidades esportivas, discordância de ideias sobre o esporte (mídia, igreja, sociedade) e movimentos que descentralizaram o esporte através das confederações e federações. Além disso, a necessidade de reorganização da macroestrutura esportiva no estado devido a nova configuração política. Logo, Mezzadri, Cavichioli e Souza (2012, p. 57) afirmam que: “a falta de um plano de governo ainda gera problemas na gestão pública e no financiamento porque em muitos casos, como não há um planejamento, a gestão fica comprometida em sua interlocução com a sociedade”.

Nesta perspectiva, os indícios apontam que as propostas esportivas estaduais foram amparadas pelas ideologias de empreendedores políticos envolvidos no processo de criação da SUDESB e baseadas em diagnósticos realizados por meio das possíveis demandas esportivas presentes no Estado da Bahia na década de 80 e início de 90. Em relação ao fluxo de soluções, considera-se que através do levantamento das demandas esportivas foi possível implantá-las por meio de estruturas organizacionais e programas e projetos esportivos.

### Conclusão

A presente investigação possibilitou identificar uma tentativa de descentralização da política esportiva através da garantia de autonomia e independência administrativa ao setor esportivo. Nesta perspectiva, acredita-se que a inserção da SUDESB na agenda política se deu por óbices oriundos do campo político e vinculados a interesses específicos dos empreendedores políticos da época. Todavia, torna-se necessária a realização de novos estudos sobre a temática abordada, para que se possa ter uma melhor compreensão acerca do fenômeno em questão.

### Referências





# II SPPEL

Seminário de Políticas Públicas  
de Esporte e Lazer

23 e 24 de Novembro | Maringá - PR

## Gestão Pública Municipal de Esporte e Lazer

BAHIA. Lei Delegada nº 37 de Março de 1983 – Cria a Superintendência de Desportos do Estado da Bahia- e da outras providências. Disponível em: <<http://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/70038/lei-delegada-37-83>>

BARRETO, N. F. Análise do ordenamento legal destinado ao setor esportivo no estado da Bahia. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Jequié. 2016.

KINGDON, J. Agendas, Alternatives and Public Policies. 2. ed. Ann Arbor: University of Michigan, 2003.

Mezzadri, F. M., Cavichioli, F. R., & Souza, D. L. (Org.). Esporte e lazer - subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas. Ed. Fontoura, São Paulo/SP, 2012.